

# A diplomacia das letras no século XVIII: um exercício de civilização em nome dos valores das Luzes

**Silvia Tatti**

Sapienza Università di Roma

Tradução

Maria das Graças de Souza

## RESUMO

A diplomacia das letras compreende a atividade literária de muitos homens de letras que estavam comprometidos nas questões públicas de seus estados, ou cuja carreira se dava em torno das cortes e centros de poder do Antigo Regime. Enquanto secretários, conselheiros, encarregados de negócios, próximos da política, eles tinham a possibilidade de observar as dinâmicas do poder e expressar suas considerações sobre a história de seu tempo em sua produção literária (poemas, cartas, relatos de viagem, jornais etc.). Graças a estes homens de letras, o conjunto dos valores da República das Letras do século XVIII (a paz, a felicidade privada e pública, a tolerância etc.) entravam em cena na história política: sua luta por uma diplomacia disposta a abraçar os valores das Luzes mostra a importância da comunicação entre a cultura e a política, que é um dos mais fortes legados do século XVIII, e que deveria inspirar as relações internacionais ainda hoje.

## PALAVRAS-CHAVE

Iluminismo; valores; diplomacia.

## ABSTRACT

The diplomacy of letters encompasses the literary activity of many men of letters who were involved in the public affairs of their states, or whose careers took place around the courts and power centers of the Ancien Régime. As secretaries, advisors, businessmen, close to politics, they were able to observe the dynamics of power and express their thoughts on the history of their time in their literary output (poems, letters, travel logs, newspapers, etc.). Thanks to these men of letters, all the values of the Republic of Letters of the 18th century (peace, private and public happiness, tolerance, etc.) came into play in political history: their struggle for a diplomacy willing to embrace the values of the Enlightenment shows the importance of communication between culture and politics, which is one of the strongest legacies of the 18th century, and which should inspire international relations even today.

## KEY WORDS

Enlightenment; values; diplomacy.

A diplomacia das letras no século XVIII investiga as relações entre a literatura e a diplomacia na Europa do setecentos, um século no qual a rede global das relações e da circulação das ideias no plano europeu torna-se muito mais do que um dispositivo de organização cultural, mas incarna o mesmo espírito da cultura do século. O cosmopolitismo entra em jogo não só na dinâmica interna da República dos literatos, na correspondência erudita, nos intercâmbios acadêmicos, mas na própria ideia de uma sociedade que vai se construindo no setecentos, século no qual se situa a origem da ideia moderna de Europa, uma Europa dos direitos, da cidadania ativa, da tolerância religiosa, do compartilhamento das ideias.

Neste contexto, é claro que o envolvimento entre a política e a diplomacia torna-se sempre mais intenso, à medida em que se avança para a metade do século, anos dominados por uma contaminação entre o poder político, a filosofia e a cultura e na direção do fim do século, quando advém a queda do Antigo Regime.

A expressão “diplomacia das letras” indica, em primeiro lugar, o modo pelo qual o espaço cultural europeu foi se definindo, entre o fim do século XVII e o começo do século XIX, também por meio do sistema de relações que se estabeleceu entre os literatos e a rede diplomática. Muitos diplomatas, graças aos privilégios de seu status e a uma liberdade de manobra favorecida também pelo seu pertencimento às redes maçônicas, dedicaram-se a uma atividade de mediação e promoção cultural, entraram em contato com muitos artistas, cientistas, literatos, arqueólogos e antiquários. Muitos literatos formaram-se e amadureceram sua experiência de escritores acompanhando os embaixadores em suas missões e comentando os fatos políticos. A rede de relações e correspondências que eles contribuíram para criar deu um impulso decisivo à circulação das ideias e aos vários âmbitos do saber, entre antiguidades, produções artísticas, edições de textos antigos e modernos, atividades de tradução, vida teatral e musical. No conjunto, e sobretudo por meio da obra literária, esse intercâmbio favoreceu, por sua vez, a difusão de temas políticos, novos paradigmas filosóficos e modelos científicos. Além disto, o imponente epistolário da época estabeleceu um recorte na vida setecentista na qual existe uma leitura dos eventos, na qual os protagonistas afrontaram os grandes temas da filosofia das Luzes evocados não como questões teóricas, mas como pontos cruciais legados à atualidade, transformados em temas militantes. Esses temas entram em jogo não apenas nas letras, mas também nas obras literárias são questões essenciais para a civilidade contemporânea: o humanismo, a tolerância, a paz universal, a felicidade do povo, todo o jogo do pensamento iluminista do século, convertido, na medida em que o século avança, em material de intervenção ativa na história e na sociedade.

Se, com efeito, na Europa moderna a diplomacia, como disse entre outros Hampton, tem a função de acompanhar “a emergência do moderno sistema de relações exteriores” (Hampton, 2009), no setecentos, este sistema de relações entre forma cultural e prática diplomática é ampliado na cultura das Luzes, que erige o cosmopolitismo, a circulação das ideias, o intercâmbio cultural.

Se, portanto, no início da idade moderna, o nascimento do estado nacional torna-se o eixo em torno do qual se constrói entre a política e a diplomacia uma rede internacional, no século das Luzes a República dos literatos assume uma nova conotação em relação à sua forma cinco-setecentista, que já tinha a característica de uma estrutura fortemente identitária de autorreconhecimento de uma comunidade intelectual e científica supra nacional.

Esta nova conotação da República dos literatos compartilha, internamente, sobretudo em algumas áreas da Europa, temas como o progresso, a ideia de tolerância, em geral os princípios da filosofia das Luzes. Contudo, isto não ocorre nos diversos estados do mesmo modo; há algumas áreas, como a Roma dos papas, onde cada impulso de emancipação do sistema do antigo regime conhece resistências, que encontram terreno fértil na hierarquia eclesiástica e na estrutura associativa da cúpula papal. Como mostram os estudos dedicados à história da República dos literatos<sup>1</sup>, existem, com efeito, na Europa, diversas modalidades de interpretação desta forma associativa, e a Itália, dividida em tantos estados, apresenta certamente situações mais abertas às ideias que floresceram e, ao contrário, lugares mais fechados.

Qual é, pois, a função da diplomacia nesta situação, e quais são as relações que entretém com a cultura, e mais especificamente, com a literatura?

O problema não é somente o de estudar, no interior de um discurso relativo à diplomacia das letras, “as formas culturais que ambas representam e ajudam a moldar estas práticas” (Hampton, 2009); não se trata, portanto, de apenas refletir sobre o modo de representação do mundo diplomático e comentários das práticas políticas nos textos literários. Este é um aspecto certamente muito importante para um século no qual, sobretudo após a metade dos setecentos, também nos tratados retóricos se promove uma ideia filosófica da poesia, que deve assumir uma instância de gravidade, de ética e de moral e deve acompanhar o processo de renovação moral dos costumes do século.

A questão, entretanto, é mais ampla, porque indicações úteis podem vir precisamente de uma investigação sobre as relações que se instauram entre os diplomatas e os literatos, que seguramente dizem respeito à representação do mundo político nos

---

<sup>1</sup> F. Waquet, H. Bois (1997), Marc Fumaroli (2015). Para a Itália, cf. F. Waquet, (1989).

textos literários, mas também à forma geral de organização da cultura e das relações humanas. Ou seja, existem conexões estreitas que tocam profundamente as práticas diplomáticas e as escolhas de política cultural e que dizem respeito também a processos retóricos, linguísticos e comunicativos, à circulação, tradução e produção de livros, a coleções de bibliotecas, à produção laudatória e de circunstância e de dedicatórias.

O cosmopolitismo dos setecentos favorece, com efeito, uma evolução dos modos comunicativos e das estratégias culturais ativadas em toda a Europa pelos expoentes do mundo diplomático, que não se limitam a favorecer ocasiões culturais e promover edições, traduções e circulação de livros e pessoas, mas utilizam as cartas, as artes, o teatro, para criarem consenso e alcançar um público mais amplo, construir uma rede europeia de relações, reforçar o prestígio também político dos próprios países, incidir sobre relações por meio de uma presença no território que se beneficia da cultura como modo de interação com o tecido social e político.

Segundo Gilles Montègre (2019), que está conectado a muita bibliografia crítica francesa e investigou as práticas culturais ativadas pelo Cardeal de Bernis, embaixador francês em Roma na segunda metade do século, existem fios condutores na diplomacia cultural setecentista.

Especificamente, o autor identifica três destes fios condutores que podem ser compartilhados e aos quais se podem acrescentar outros. O primeiro diz respeito ao relevo assumido no setecentos pelos livros e pela circulação de ideias, na construção de uma rede de diplomatas, com frequência solidários entre si, ligados por relações de amizade e animados por perspectivas similares, o que favorece a circulação de livros, mesmo os proibidos, as traduções, no caso da Itália também os estudos anti-quários e a arqueologia. Com frequência, em torno de diplomatas que dispõem de recursos financeiros importantes e que constituem uma alternativa à corte, reúne-se um grupo de intelectuais, homens de letras que têm um papel importante na difusão das línguas.

Uma outra característica comum é identificada no relevo dado à esfera pública e ao uso, da parte dos diplomatas, de espaços abertos a um público cada vez mais amplo; isto corresponde a uma estratégia de publicidade das práticas artísticas e literárias que devem chegar a um público alargado em relação àquele dos salões, para responder à finalidade de propaganda e promoção política.

Finalmente, um outro aspecto que caracteriza a diplomacia cultural concerne à busca de um equilíbrio entre patriotismo, também cultural, ligado à própria condição dos diplomatas, que devem representar seus países de pertencimento e a necessidade de um diálogo aberto que deve compreender também o reconhecimento das culturas dos outros países.

A estes três pontos acrescentarei também que, como nota Anne-Madeleine Goulet (2022), é necessário, para estudar um material complexo como o que foi ligado à diplomacia cultural, unir abordagens diversas, considerar a natureza variada dos documentos a serem estudados, estar também pronto para reconhecer os aspectos emocionais e materiais, confrontar-se, em suma, com um mundo no qual é preciso relacionar entre si toda a série dos elementos, como livros, edições, traduções, performances poéticas e teatrais, festas e celebrações.

Enfim, uma observação ulterior que gostaria de fazer relativamente ao caso específico da diplomacia das letras é o peso da produção poética laudatória, uma produção verdadeiramente relevantíssima em todos os países europeus. Cada evento da vida política dos estados particulares (nascimento, matrimônio, subida ao trono, visitas, etc.) era acompanhado de uma produção poética que devia exaltar os soberanos do país e fornecer uma imagem vitoriosa da monarquia; por meio da produção poética igualmente destinada, diferentemente dos espetáculos teatrais, a circular fora dos círculos dos cidadãos, se consagrava o poder dos soberanos e o prestígio dos estados por meio de uma linguagem específica dos *topoi* poéticos recorrentes que animavam uma verdadeira e própria retórica do louvor, que atravessa, com especificidades locais, todas as cortes europeias.

Também aqui a leitura que se pode fazer destes fenômenos de uma perspectiva político-diplomática permite rever tal produção que teve um relevo considerável durante todo o século, que não pode ser etiquetada superficialmente como produção maneirista, privada de originalidade e de vontade expressiva de pesquisa; ao contrário, é uma produção de grande importância do setecentos, porque faz parte da sociabilidade setecentista e permite compreender os costumes sociais do tempo. Toda a produção cortesã de Metastasio à corte de Viena, as chamadas festas teatrais, estudadas por Jacques Joly (1978), mostram que os espetáculos tinham um enorme relevo ideológico, não eram simples ocasiões repetitivas de situações que visavam exaltar a monarquia, mas transmitiam também um sistema de valores que devia corresponder a uma ideia de um bom governo e de política ilustrada, aquela que circulava na cultura europeia do período.

As particulares poesias laudatórias resultam com frequência como tediosas para a leitura, recheadas de figuras retóricas, de uma linguagem convencional. Mas se estas poesias são relacionadas entre si, elas evidenciam a existência de um verdadeiro e próprio sistema comunicativo e tornam-se um gênero ao ponto de fornecer indicações sobre as práticas culturais e sobre a linguagem do tempo. A construção da rede geral, a evidenciação da existência de um sistema de construção do consenso

por meio de processos comunicativos e retóricos assumem assim um significado relevante, também quanto ao que concerne a transformação da linguagem poética e a criação dos *topoi*.

Ainda uma outra observação geral sobre a diplomacia das letras diz respeito à natureza do mecenato na diplomacia setecentista, pelo menos no âmbito literário. Não há dúvida de que muitos embaixadores tiveram uma função de patrocínio e de proteção nos confrontos entre literatos, artistas, homens de cultura; na verdade, isto não impediu que os literatos que gravitavam no sistema das embaixadas fossem parte ativa de um processo de elaboração cultural e ideológica que manteve relações paritárias do ponto de vista de seus protetores. O mecenato, além disso, é posto em relação com o desenvolvimento da editoria e o progresso do sistema de subscrições, com a progressiva ampliação do público de referência e com o relevo das redes maçônicas que irmana diplomatas e literatos.

Em muitos casos, as dedicatórias assumem um papel de grande importância não somente porque introduzem uma nova linguagem também de louvor, menos formal em relação à das dedicatórias barrocas, do antigo regime, mas também porque mostram a parte ativa dos literatos que se dirigem normalmente aos embaixadores assim como a companheiros de estrada, a soldados pertencentes a uma mesma comunidade intelectual. Por si só não é adequado falar simplesmente do mecenato. Em torno dos embaixadores se construíram comunidades ligadas às práticas culturais, também projetos editoriais comuns e dedicatórias, como também as letras, evidenciando uma cumplicidade de intenções e de trabalho cultural compartilhado. Nesta troca de papéis, são os mesmos literatos que às vezes realizam também verdadeiras e próprias missões diplomáticas, muitas vezes não oficiais. Por vezes, tarefas diplomáticas são atribuídas a literatos, que, em relação a membros oficiais da diplomacia, podiam ter maior possibilidade de entrar em contato com outros literatos de cortes estrangeiras e adquirir assim informações por meio de canais informais, às vezes maus competentes e informados.

Após esta parte introdutória gostaria de continuar com um exemplo e escolhi, pela sua representatividade, o que Giambattista Casti,<sup>2</sup> um escritor próximo de muitas cortes europeias, e sobretudo dos Habsburgo, autor de poemas políticos que acompanham os fatos históricos dos últimos decênios do setecentos, como *O poema tártaro*, dedicado à Rússia de Catarina II e *Os animais falantes*, que chega a comentar

---

<sup>2</sup> Nascido em Montesfiascone em 1724, Casti viajou nos anos sessenta e setenta entre as cortes europeias, muitas vezes seguido por funcionários da corte de Habsburgo. Foi a Viena, Berlim, São Petersburgo, Madri, Lisboa. A experiência russa está na origem do *Poema tártaro*, concluído em 1783. Em 1792 foi nomeado poeta de teatro junto à corte de Viena. Obrigado a se afastar de Viena em 1796, pela sua simpatia revolucionária, viveu seus últimos anos em Paris, onde publicou o poema *Os animais falantes* (1802), e morreu em 1803.

os eventos da França revolucionária. Casti é, além disto, autor de um belíssimo e riquíssimo epistolário que contém cartas centrais para reconstruir a história política europeia dos últimos decênios do século.

Próximo da diplomacia de Habsburgo dos anos 60, Casti é protegido do príncipe Franz Xavier Rosenberg, que o encontra em Toscana e o leva consigo para Viena. Aqui se inicia para o poeta uma longa carreira feita da frequentaçāo das cortes europeias que visita, acompanhado de amigos e protetores. A importância desta sua existência que se desenrola ao lado de diplomatas e encarregados de negócios é tal que quando, em 1796, Casti é expulso de Viena na onda de censura política agravada após a Revolução Francesa, a única medida censória contra ele nesta ocasião, e que dá a medida dos laços estreitíssimos de Casti com o mundo da política, foi a proibição de frequentar embaixadores e diplomatas.

O papel desempenhado pelo escritor no aparato imperial é o de comentar os eventos aos quais assiste com versos que nunca são superficialmente laudatórios, mas contêm sempre meditações filosóficas não banais. Além disto, Casti muitas vezes realiza verdadeiras e próprias funções de secretário, acompanhante, observador.

O poeta viajante, precisamente graças ao seu profundo conhecimento das cortes europeias e do mundo da política, é um informante excepcional dos maiores diplomatas de Habsburgo ou que gravitam em torno da corte vienense num arco de quarenta anos. Entre seus interlocutores principais encontramos o já citado Joseph Kau-nitz, filho de Anton-Wenzel, responsável por muitos anos pela política exterior do Império, entre 1753 e 1792, Franz-Xavier Rosenberg<sup>3</sup>, Ludwig Cobenzi, muito próximo do ambiente teatral italiano, durante muito tempo embaixador em São Petersburgo, Joseph Wilczek, ministro plenipotenciário da Áustria em Milão em 1782, o Marquês Maurizio Gherardini, durante muito tempo embaixador da Áustria em Turim. Para todos eles, o poeta escreve em italiano, exceto com Cobenzi, para o qual escreve em francês<sup>4</sup>. Assim, ele construiu uma rede muito estreita e transversal que o torna um dos mais lúcidos convededores da diplomacia do período e que situa definitivamente a sua correspondência na chave político-diplomática.

As cartas de Casti oferecem um recorte significativo da Europa da segunda metade do setecentos, numa perspectiva prevalentemente vienense e habsbúrgica, e desempenham certamente a tarefa principal das cartas no interior da República das Letras de construir uma rede europeia, ampliar os limites territoriais, preencher a

<sup>3</sup> Cf. Casti (1991), p. 115.

<sup>4</sup> O francês é usado também nas cartas para Ranieri di Calzabigi, que escreve preferir uma língua usada por ele em quarenta anos de correspondência epistolar (Casti, 1991, p. 527m, Carta de Ranieri Calzabigi, datada de Nápoles, 28 de abril de 1789).

ausência de interlocutores devido às numerosas viagens e fornecer informações e novidades sobre a atualidade e sobre a crônica, porém com uma dominante conotação política, de modo que a correspondência de Casti constrói uma espécie de sistema diplomático paralelo, pela quantidade e pelo extremo cuidado com que todas as questões políticas, militares, dinásticas, de geopolítica são enfrentadas. “Raciocinais como grande político”, lhe escrevia Cobenzi de São Petersburgo em 12 de outubro de 1792<sup>5</sup>, sublinhando o fato de que o poeta não se limitava àquilo que poderia ser seu papel de observador de costume, mais conforme ao de um secretário – poeta que apoiava embaixadores e encarregados de negócios, mas entrava propriamente no coração das questões estratégicas de seu tempo, analisava a política dos governos e procurava oferecer ao destinatário das cartas não somente informações, mas chaves de leitura dos eventos, hipóteses interpretativas que sempre levam em conta todo o tabuleiro europeu, no interior do qual Casti se movia com uma maestria de estadista experimentado.

Aliviadas, porém, da obrigação do despacho diplomático, com seus vínculos formais e as remessas informativas obrigatórias, as cartas de Casti fazem emergir (na articulação concisa do discurso, no tom do raciocínio, no querer reconduzir cada questão a uma lógica convincente), todo o corolário iluminista, um filtro interpretativo e filosófico que fornece uma chave de acesso aos eventos contemporâneos, e que se depara com o quadro turbulento dos conflitos que giram em torno da Áustria na segunda metade do setecentos: a divisão da Polônia, a guerra russo-turca, o velho problema das fronteiras orientais e da ameaça turca, mais tarde o conflito com a França revolucionária e napoleônica.

E isto a partir do tema iluminista por excelência, o da paz, um tema recorrente, evocado continuamente sob o fundo de todos os eventos bélicos do último decênio do século: a anexação russa da Crimeia em janeiro de 1784, não impedida pela Áustria, é interpretada positivamente no início apenas porque podia ter um significado na salvaguarda da paz contra a expansão dos turcos; e na guerra russo-turca, na qual a Áustria também se envolve, o auspício é sempre que se volte rapidamente à paz: “Não fazer a guerra”<sup>6</sup>, evocava o poeta quase como um estribilho; e, na ocasião da morte de Guiseppe II e a ascensão ao trono de Leopoldo II, sugeria ainda qual devia ser a tarefa do novo soberano e em geral de todo bom governante: “recuperar no estado a tranquilidade perdida e a quietude interna, dissipar as revoltas que se for-

---

<sup>5</sup> Casti (1991), p. 655.

<sup>6</sup> *Ibidem*, p. 558: carta a Antonio Greppi, Modena, datada de Milão, 27 de outubro de 1789.

maram dentro e em torno da monarquia, assegurar as almas dos súditos e restabelecer o respeito, a confiança e o amor do povo”<sup>7</sup> E a um não melhor identificado “Amigo caríssimo”, escrevia em Milão em março de 1790: “a paz desejada, de verdade o único bem, sem a qual não há tranquilidade nem felicidade”<sup>8</sup>.

Após a Revolução, ainda em Viena, ele se dirigia a Maurício Gherardini, agora embaixador austríaco em Turim, nestes termos: “Mas a paz. tanto desejada por todos, é preciso tê-la, tal como suspiro e há muito tempo prego. Honrosa é uma qualidade da paz bela e boa, mas necessária é uma qualidade necessária. É evidente que quanto mais tarde pior é. Quantas perdas, quanto sangue, quanta despesa. quanta calamidade seria poupada à monarquia, à Europa. à humanidade e, sobretudo, à nossa jovem Itália, se a paz tivesse sido a qualquer custo concluída há seis meses?”<sup>9</sup>

Referindo-se, em Milão, em 1790, à vitória dos Habsburgos na guerra austro-turca, Casti se felicitava com Conbenzi em São Petersburgo, mas o advertia sobre a necessidade de se chegar a uma “paz gloriosa, que coroará a moderação e a humanidade dos vencedores, cujas piedosas entradas abominam derramar o sangue que os inimigos insensatos se obstinaram em dispensar”<sup>10</sup>

As primeiras reações à Revolução francesa se ressentem da posição ainda habsbúrgica de Casti, que contesta sobretudo a política externa e a beligerância dos revolucionários franceses: num discurso em antífrase ele discorda da política militar dos revolucionários aos quais é infelizmente concedido “o arbítrio absoluto de fazer a guerra”<sup>11</sup>

Outro mito iluminista recorrente é o pacto entre soberanos e povo, resultado de uma política esclarecida que deve ter como objetivo o que “melhorar o próprio estado com o comércio, com a cultura, com a indústria, com as manufaturas, com as artes, etc. e afeiçoar os povos com a docura do governo, com a sabedoria da lei”<sup>12</sup>, assim escrevia o poeta a um destinatário não identificado que havia recebido um acolhimento favorável do novo soberano, em 1790, quando Leopoldo UU torna-se imperador. Na carta se insiste sobre uma ideia da alta política como garantia de paz e civilidade, fundada na “fé”, “integridade”, “honra da probidade”.<sup>13</sup>

Sobre a base deste sistema de valores e de um profundo humanismo que põe no centro o progresso dos povos, Casti dissecaria as questões políticas com o cuidado do

<sup>7</sup> *Ibidem*, pp. 564-565: carta a Philipp Cobenzl, Vienna, datada de Milano, 27 de fevereiro de 1790.

<sup>8</sup> *Ibidem*, p. 566: datada de Milão, março de 1790.

<sup>9</sup> *Ibidem*, pp. 909-910: carta a Maurizio Gherardini, Torino, datada de Viena, 6 de agosto de 1796.

<sup>10</sup> *Ibidem*, p. 621: carta a Ludwig Cobenzl, Pietroburgo, datada de Milão, 1790.

<sup>11</sup> *Ibidem*, p. 642: carta a Franz-Xaver Rosenberg, datada de Viena, 1791.

<sup>12</sup> *Ibidem*, p. 568: datada de Milão, março de 1791.

<sup>13</sup> *Ibidem*, p. 567.

estadista experiente<sup>14</sup>, convicto de a tarefa central da diplomacia, mundo ao qual de certa forma ele se sentia pertencer em virtude de seu estatuto de literato e de sua experiência, seja por ser um baluarte contra a irracionalidade da história e reconduzir os soberanos às suas funções de garantia da paz, longe dos sonhos sangrentos de vangloria e de qualquer arbítrio, seja na política interna ou externa. Assim desabafa Casti numa carta a Maurizio Gherardini em Turim, escrevendo-lhe de Pádua em 4 de julho de 1789, bem cônscio de como a política avançava por caminhos distantes da razão e dos objetivos voltados ao progresso e à prosperidade dos povos:

O que você quer que eu pense sobre política, se por muitos anos um charlatão ignorantíssimo talvez tivesse adivinhado as grandes revoluções da Europa mais facilmente do que qualquer raciocínio político mais experiente poderia ter feito! Não sendo a razão, nem a combinação prevista ou concertada de coisas, nem um fim útil, sábio ou pelo menos conveniente constantemente vislumbrado, nem os meios oportunos e necessários postos em prática para a realização daquilo que ordinariamente regulam as grandes inspirações políticas e fazem nascer grandes eventos; mas muitas vezes o capricho, o despotismo de uma vontade soberana, a indolência e a ignorância dominadas pelo acaso, a inveja, o ciúme, o interesse, a vaidade de um ministro, de um conselheiro, um secretário, um garçom, um favorito, uma prostituta, um tolo, um idiota dispõe do destino dos estados e da vida e das substâncias dos povos infelizes, que são os únicos a sofrer a pena. Aqui está um discurso, você dirá, de um filósofo cínico.<sup>15</sup>

Casti participa, pois, de modo muito ativo deste sistema de diplomacia cultural que se difunde amplamente no século XVIII; sua permanência em São Petersburgo, mas sobretudo em Viena, é caracterizada pela escritura de textos de entretenimento e também libretos de ópera que correspondiam a demandas das cortes que o hospedavam; ele desenvolve, no confronto com seus protetores, uma constante função de informador e produtor de cultura sempre modernizada sobre a atualidade política. Ao mesmo tempo, Casti representa uma evolução da relação entre diplomacia e literatura, devedora em particular do significado que o autor atribui à poesia e à sua atividade de literato. Com efeito, ele se põe, também por meio de seus textos, de um ponto de vista interno à própria diplomacia, cuja dinâmica e funcionamento conhece perfeitamente e para a qual se candidata a ser uma espécie de consciência crítica, atribuindo-se um papel de mediador, com o objetivo de reconduzir, num

---

<sup>14</sup> Uma carta de Casti enviada a um destinatário anônimo e intitulada *Cicalata política* (*ibidem*, pp 622-633) é uma verdadeira e própria análise política, que data de 1790. Crítica, no confronto, da estratégia da Áustria, que havia interferido contra os turcos aliando-se com a Rússia.

<sup>15</sup> *Ibidem*, p. 543: carta a Maurizio Gherardini, Torino, datada de Pádua, 4 de julho de 1789.

período grandes perturbações, o mundo da política internacional ao pensamento crítico iluminista e a um valor de humanismo civil como lente de ampliação para a atualidade contemporânea. Também seus grandes poemas em versos o *Poema táraro* e o *Animais falantes* participam desta função e são textos militantes, concebidos como ocasião de denúncia e de crítica que acompanham os grandes eventos do século e que observam o mundo da política de uma perspectiva interna à própria diplomacia.

## Bibliografia

- Casti, Giambattista (1991). *Epistolario*, a cura di A. Fallico Roma: Coletti, 1991.
- Foumaroli, Marc (2015). *La république des Lettres*, Paris : Gallimard.
- Goulet, A.-M. (2022). Arti della diplomazia/diplomazia delle arti. Spunti di ricerca per il futuro. In: Silvia Tatti (org.), *La diplomazia delle lettere nella Roma dei papi dalla seconda metà del Seicento alla fine dell'Antico Regime*. Roma: Edizioni di Storia e Letteratura, p. 245-256.
- Hampton, Timothy (2009). *Fictions of embassy. Literature and diplomacy in early modern Europe*. Ithaca: Cornell University.
- Joly, J. (1978). *Les fêtes théâtrales de Métastase à la cour de Vienne, 1731-1767*. Clermont Ferrand: Presses Universitaires Blaise-Pascal.
- Montègre, G. (2019). *Naissance de la diplomatie culturelle*, In G. Montègre (org.). *Le Cardinal de Bernis*. In: G. Montégre *Le pouvoir de l'amitié*. Paris : Tallandier, pp. 321-330.
- Waquet, F. (1989). *Le modèle Français et l'Italie savante. Conscience de soi et perception de l'autre dans la république des lettres (1660-1750)*. Roma: École Française de Rome.
- Waquet, F. e Bois, H. (1997). *La république des lettres*. Paris : Berlin. Bruxelles: De Boeck.